

# A PRIMAVERA DOS POVOS ÁRABES

SORAYA

“Depois de sentirmos o gosto da liberdade, nunca mais seremos escravos novamente.” A frase do sindicalista egípcio Muhammad Hardan mereceu o título de artigo publicado no *site* da Middle East and North Africa Workers Solidarity Network (Mena) em 5 de julho<sup>1</sup> – dois dias após a queda de Mohamad Morsi, que presidiu o país árabe por pouco mais de um ano. Tendo assumido o cargo em 30 de junho de 2012, o líder do Partido da Liberdade e da Justiça, braço político da Irmandade Muçulmana, obteve 51,73% dos votos no primeiro pleito democrático no Egito depois de mais de três décadas da ditadura de Hosni Mubarak – o qual foi derrubado pela ação das massas em 11 de fevereiro de 2011, apenas 18 dias após o início da insurreição popular que teve como epicentro a Praça Tahir, no Cairo, mas se estendeu para além da capital.

A vitória de Morsi foi sustentada por 13 milhões de eleitores no segundo turno, ante universo de 50 milhões. No aniversário de seu governo, 22 milhões de egípcios já haviam assinado petição pela revogação de seu mandato, fruto da percepção de que não vinham sendo cumpridas as tarefas da revolução, cujo lema era “Pão, liberdade e justiça social”. Conforme a sindicalista egípcia Fatma Ramadan,

Trabalhadores participaram porque, passados 2,5 anos, suas demandas têm sido completamente ignoradas. Foram demandas que surgiram muito antes da revolução e eles sonharam alcançá-las após a queda de

Mubarak, mas isso não aconteceu. De fato, a perseguição a sindicalistas aumentou, a lei sobre liberdade de organização sindical não foi adiante, enquanto outras criminalizando greves e protestos passaram. Trabalhadores foram presos, demitidos, suas greves reprimidas. O regime de Morsi e o Conselho Militar praticavam as mesmas políticas contra trabalhadores e seus líderes.<sup>2</sup>

Em 30 de junho, a classe trabalhadora somou-se aos 17 milhões de cidadãos que ocuparam a Praça Tahir. Com apoio da maioria da população, Morsi receberia ultimato do Exército para que renunciasse em 48 horas. Findo o prazo, seria derrubado, com as Forças Armadas tomando a dianteira em meio à radicalização das massas.<sup>3</sup> O governo interino foi assumido pelo presidente da Suprema Corte, Adli Mansour, que nomeou o liberal Mohamed El-Baradei<sup>4</sup> como seu vice na fase de transição e como premiê o ex-ministro da Economia, Hazem El-Beblawi. Sua promessa é de novas eleições em 2014. A Constituição, aprovada em novembro de 2012 pelo Parlamento – constituído majoritariamente pelo partido de Morsi e que lhe ampliaria os poderes –, foi suspensa. Teria sido anunciada uma nova, contestada pelo movimento Tamarod (*revolta, em árabe*), que liderou a oposição ao líder da Irmandade Muçulmana. A alegação é de que seria “ditatorial”.

A imprensa global e muitos analistas apressaram-se em anunciar que se tratava de golpe de Estado. Outros falam em tentativa de realocização do regime, que, embora abalado, não teria sido totalmente erradicado. De fato, Mubarak caiu, mas o sistema permanece. Da parte dos militares, possivelmente esse tenha sido o intento ao se anteciparem em fazer valer a vontade popular, mas a revolução não dá indícios de recuo em seus objetivos – e, seguramente, uma nova ditadura não está no seu horizonte. A história evidencia, contudo, que nenhuma confiança pode ser depositada nos militares. Exemplar é a revolução de 1952 no Egito, contra a hegemonia britânica sob o governo do Rei Farouk I. Segundo ensina Hourani,

Em 1951, irrompeu uma séria luta entre forças britânicas e guerrilheiros egípcios, e em janeiro de 1952 isso detonou um movimento popular no Cairo em que instalações ligadas à presença britânica foram destruídas; o colapso da ordem, por sua vez, deu a oportunidade para a tomada do poder, em julho de 1952, por uma sociedade secreta de oficiais egípcios de patente média, a princípio uma liderança corporativa e depois sob o domínio de Gamal ‘Abd al-Nasser. [...] Com um controle mais firme sobre o país que os governos anteriores, os governantes militares puderam retomar as negociações com os britânicos.<sup>5</sup>

O nasserismo foi uma força poderosa não só no Egito, mas em toda a região, ao levantar a bandeira do nacionalismo, e seu peso poderia explicar a aparente confiança no Exército, demonstrada na Praça Tahir após a queda de Morsi. Mas é importante lembrar que Nasser, ao assumir o poder, “com o apoio do Movimento Democrático de Libertação Nacional, que incluía grupos comunistas, e também pela Irmandade Muçulmana”,<sup>6</sup> como conta o jornalista José Arbex, iniciou uma caçada àqueles que haviam sido seus aliados. Colocou todos os partidos na ilegalidade, exceto obviamente o seu – Partido da Liberdade –, ordenou a dissolução das organizações estudantis, atacou os sindicatos e trabalhadores, prendendo-os, enforcando dois deles e reprimindo fortemente manifestações.<sup>7</sup> Razão para otimismo é que os trabalhadores estão conscientes das lições da história, como demonstrado em artigos de sindicalistas publicados no *site* da Mena.<sup>8</sup> Mudança fundamental que se deu, expressa na fala do sindicalista egípcio, é que, depois de viverem muito tempo sufocados por regimes ditatoriais, os árabes estão convictos de tomar seu destino em suas mãos. Não obstante, para continuar a avançar, a revolução terá que superar a falta de liderança e organização da classe trabalhadora.<sup>9</sup>

Outra lição clara da história é que o que ocorre num país exerce influência sobre os demais. Os levantes que vêm sacudindo as ruas, fazendo tremer o regime e as instituições dominantes do Egito, bem como os aliados imperialistas, inserem-se no processo em curso no Norte da África e Oriente Médio, denominado Primavera Árabe.

Inaugurado em dezembro de 2010 na Tunísia, espalhou-se por diversos países da região, entre os quais, além do Egito, Líbia, Iêmen, Síria e Bahrein. Nos quatro primeiros, os ditadores no poder foram derrubados, mas transformações profundas ainda precisam ser feitas, dos pontos de vista político, social e econômico. No Bahrein, intervenção da Arábia Saudita sufocou a insurreição popular, mas, temporariamente – ativistas presentes no Fórum Social Mundial na Tunísia, entre 26 e 30 de março último, garantiam a continuidade da luta. Também houve manifestações em países como Argélia, Jordânia e Marrocos, em que os governantes apressaram-se em realizar algumas reformas políticas e concessões socioeconômicas para impedir sua evolução. O cenário, contudo, permanece em aberto.

Já na Síria, comandada pela dinastia Assad há mais de 40 anos, algumas áreas foram declaradas “livres”, mas os desafios são muitos. Entre eles, o isolamento mundial da oposição ao regime tirano e apoios internacionais diretos à ditadura instalada (inclusive materiais, mediante fornecimento de combustível pela Venezuela, armas pela Rússia e o Irã e mesmo homens pelo partido libanês Hezbollah). Suporte que tem sido crucial à repressão sangrenta por parte do regime, a qual culminou, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em 93 mil mortos. Como reconhece seu chefe de Direitos Humanos, Navi Pillay, o número, contudo, deve ser potencialmente maior.<sup>10</sup>

### **Batalha pelas mentes**

Esse é outro aspecto a ser considerado. Não é incomum ouvir que o que está ocorrendo na Síria não é parte da Primavera Árabe, mas uma tentativa das potências imperialistas de desestabilizarem o governo nacionalista ali instaurado e o único verdadeiramente pró-palestino. De acordo com essa visão, o movimento nada teria de popular; estariam em

luta na Síria “mercenários”. Um olhar sobre o papel desempenhado pela dinastia Assad é, não obstante, suficiente para desmontar essa linha de argumentação. A história registra desde a participação de suas Forças Armadas em massacres de palestinos no Líbano, como no campo de refugiados de Tel al-Zaatar em 1976, até acordo assinado por Hafez El-Assad – o pai do atual presidente da Síria, Bashar –, em 31 de maio de 1974, que restabeleceria relações diplomáticas com os Estados Unidos e garantiria a Israel fronteiras “seguras” com a Síria.<sup>11</sup> Para Immanuel Wallerstein, não interessa a esses e outros estados a queda de Bashar, exatamente porque poderia desestabilizar a região – por isso ele ainda se mantém no poder.<sup>12</sup> Diante disso, as condenações a Assad não seriam mais do que retórica. Claro que vitória das massas também não interessaria ao imperialismo, que tenta promover contrarrevolução. Intervenção estrangeira direta, entretanto, estaria fora de questão, dada a chamada “síndrome do Iraque”.

Guerras civil e sectária ou “por procuração” são termos que ganham dimensão dentro dessa ótica de apartar a Síria da Primavera Árabe. Os intelectuais Mohammad Al Attar e Odai Al-Zoubi desconstroem esses conceitos em artigo intitulado Síria: revolução ou guerra civil?:

Contrariamente à visão orientalista, o Oriente Médio não têm uma característica especial que o torna vulnerável a um conflito puramente sectário. Uma das razões mais importantes por trás do conflito civil na Síria é a revolta dos sírios contra uma nova classe feudal que os escravizou totalmente. Por exemplo, a maioria dos muçulmanos rebeldes sunitas é movida por uma inclinação para a justiça social e vingança contra esses senhores feudais, e não exclusivamente por um sentimento de sectarismo sunita. Por outro lado, a classe dominante feudal inclui diferentes seitas, a família governante e seus séquitos que pertencem à seita alauíta desfrutam de maior parte da riqueza e influência.<sup>13</sup>

Segundo observam esses autores sírios, não há uma revolução “pura” na história, sem contradições, e quando se reduz a insurreição

popular em curso a uma guerra civil sectária, ignoram-se os múltiplos projetos políticos em jogo. Eles questionam inclusive a utilização do termo “guerra civil”, também comum entre árabes em geral:

ele pinta o conflito sírio como uma batalha entre dois lados, com cada um tentando alcançar o poder por meio da violência. Esses dois lados são representados como recebendo o apoio dos poderes regionais e internacionais, que por sua vez têm interesses diferentes dos seus próprios. É, portanto, uma guerra por procuração na terra da Síria, onde os sírios são usados como peões em uma guerra fria entre esses poderes, e onde pessoas inocentes estão pagando o preço.<sup>14</sup>

Conforme essa visão, o único caminho possível é a destruição da Síria, caso não haja negociações. Al Attar e Al-Zoubi destacam que tal concepção ignora as origens da revolução, em 15 de março de 2011. A partir dos acontecimentos na cidade de Daraa – em que crianças picharam em um muro palavras de ordem contra o regime de Bashar Al Assad e foram torturadas, mortas e seus corpos enviados aos seus pais –, eclodiram manifestações pacíficas em diversas outras municipalidades. Protestos que foram reprimidos violentamente, com muitos presos e mortos sob tortura. Ignora ainda os diversos movimentos civis não violentos ainda presentes na revolução popular, e mesmo a desigual correlação de forças entre os manifestantes e o exército regular comandado por Bashar – que não tem feito distinção entre grupos armados ou não no tratamento dispensado aos revoltosos. Os autores alertam também que essa ótica descarta o legado do atual presidente da Síria, de silenciar qualquer voz política que não a de seu Partido Baath. “O termo ‘resistência popular armada’ corresponde mais precisamente ao caso da Síria.”<sup>15</sup>

Al Attar e Al-Zoubi afirmam que o que ocorre é uma revolução prolongada, em várias fases da luta, um caminho mais duro rumo à liberdade. E que os “elementos externos, em princípio, são secundários.”<sup>16</sup> O olhar, portanto, deveria se voltar às aspirações da

população local. A ativista síria Sara Ajlyakin, em visita recente ao Brasil, concluiu: “O nosso trabalho se tornou difícil e mais importante ainda. O terreno não pode ser deixado para ser monopolizado pelos elementos liberais e pró-imperialistas.”

Diante das contradições também no Egito, alguns analistas vão além e chegam a questionar o processo em curso em toda a região. Em sua obra magistral, *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*, Edward Said (1935-2003) explica essa descrença:

[...]quando o turbilhão revolucionário toma conta do Oriente islâmico, os sociólogos nos lembram que os árabes são viciados em ‘funções orais’, enquanto os economistas – orientalistas reciclados – observam que, para o islã moderno, nem o capitalismo nem o socialismo são uma rubrica adequada. Quando o anticolonialismo varre e na verdade unifica o mundo oriental inteiro, o orientalista maldiz a história toda, não apenas como um incômodo, mas como um insulto às democracias ocidentais.<sup>17</sup>

Em outra passagem de sua obra, o intelectual palestino enfatiza: “A questão é sobretudo que ‘a doutrina ocidental do direito de resistir ao mau governo é alheia ao pensamento islâmico’, o que leva ao ‘derrotismo’ e ao ‘quietismo’ como atitudes políticas.”<sup>18</sup> Ele cita trecho constante em ensaio do orientalista britânico Bernard Lewis intitulado *Conceitos islâmicos de revolução*,<sup>19</sup> que compara o termo árabe que designa revolução – *thawra* – ao levantar-se de um camelo, a uma excitação passageira:

A razão de Lewis é patentemente rebaixar a revolução, que passa de sua avaliação contemporânea para algo pouco mais nobre (ou belo) do que um camelo prestes a se erguer do chão. A revolução é excitação, sedição, estabelecimento de uma pequena soberania – nada mais; o melhor conselho (que, presume-se, só um erudito e cavalheiro ocidental pode dar) é “espere até essa excitação acalmar”.(...) Mas é esse tipo de descrição essencializada que é natural para os estudiosos e planejadores de políticas públicas interessados pelo Oriente Médio: essas agitações revolucionárias entre “os árabes” são quase tão consequentes quanto um camelo se levantar.<sup>20</sup>

A guerra de informação é um capítulo das revoluções atuais. Os tiranos árabes teriam se apropriado de ideias que, nas palavras do historiador Albert Hourani, “podiam mover mentes e imaginações e extrair delas uma pretensão de autoridade legítima.”<sup>21</sup> Segundo esse autor, assim seria feito uso político de linguagens como nacionalismo, unidade árabe, apoio aos palestinos, além de justiça social e mesmo do Islã – embora essas duas tivessem funcionado por um período, mas viessem perdendo significado. “Suas raízes eram demasiado profundas na história para que fossem transformadas em dóceis instrumentos de governo.”<sup>22</sup> Essas ideias, somadas à coerção – bem como à aliança entre os diversos governantes árabes e classes dominantes –, explicariam a manutenção desses regimes por tanto tempo.

### **Sem pão, liberdade e justiça social**

Para além da distância entre o discurso e a ação por parte dos governantes árabes – e da ausência de direitos democráticos –, outro fator teria sido o estopim para as revoluções em curso: a péssima condição de vida a que estão submetidas suas populações. Dados revelam baixo crescimento econômico, desigualdades sociais, elevado índice de desemprego (no geral, mais que o dobro da média mundial, de 6,3%) e falta de perspectivas futuras, sobretudo entre os jovens.<sup>23</sup> Fosso que se aprofundaria com a crise financeira global iniciada nos Estados Unidos em 2008 e o consequente fechamento das fronteiras no coração do Império e, em seguida, na Europa aos milhares de árabes que para lá se dirigiam em busca de trabalho.

Sintomático que a origem da Primavera Árabe tenha sido a autoimolação de um vendedor de frutas tunisiano, Mohamad Bouazizi, que foi impedido de continuar a exercer a função pelo governo municipal de Sidi Bouzid. Como relata Eugene Rogan em seu livro *The Arabs*,<sup>24</sup> em 17 de dezembro de 2010, ele ateou fogo ao próprio corpo

em frente à sede do governo local e faleceu duas semanas depois, vítima das queimaduras. Segundo o autor,

[...]a autoimolação de Mohamad Bouazizi galvanizou o ultraje público contra tudo o que estava errado sob o governo do presidente Zine El Abidine Ben Ali (que ficou 23 anos no poder, até sua derrubada em 14 de janeiro de 2011): corrupção, abuso de poder, indiferença e uma economia que falhou em prover oportunidades aos jovens.<sup>25</sup>

Tanto na Tunísia como no Egito, o terreno estava propício para a explosão revolucionária. No primeiro país, essa foi precedida por protestos quase semanais de agricultores que vinham perdendo suas terras também em Sidi Bouzid.<sup>26</sup> No Egito, manifestações pró-*intifada*<sup>27</sup> palestina a partir de 2000 seriam a antessala do movimento Kefaya (*basta, em árabe*) iniciado ao final de 2004 e primeiros meses de 2005, por justiça social e liberdade.<sup>28</sup> Em um regime altamente repressivo, as iniciativas em favor da Palestina funcionavam também como um espaço para a expressão do descontentamento com a política interna, terminando muitas vezes com palavras de ordem contra Mubarak. Tais ações, reiteradas quando da invasão dos Estados Unidos ao Iraque em 2003, teriam levado ativistas a se questionarem sobre a premência de se mobilizarem diretamente contra a tirania a que estavam submetidos. O Kefaya seria o próximo passo, que desembocaria em uma gigantesca greve de trabalhadores em 6 de abril de 2008. A paralisação começou em uma fábrica na cidade de Mahalla Al-Kubra e se estendeu por todo o país.<sup>29</sup>

Pouca atenção tem sido dada na mídia global à interrelação entre as demandas internas e a política externa, sobretudo no que diz respeito às relações com os Estados Unidos e Israel. Isso é mais evidente no caso egípcio – mas não se restringe a esse país. Mubarak teria atuado intensamente na normalização das relações com o estado sionista. Além de manter o tratado de paz com a potência ocupante,<sup>30</sup> assinou acordo de livre comércio com os Estados Unidos e Israel em 2004, manteve

fechada a fronteira em Rafat como território palestino de Gaza, mesmo durante a ofensiva sionista de 2008-2009, iniciou a construção de um muro para isolar os túneis que constituíam a única saída para os palestinos da estreita faixa e tentou responsabilizar os refugiados no Egito pelos problemas socioeconômicos locais. “No entanto, não conseguiram erradicar da consciência coletiva ou a concepção de Israel como um inimigo nacional e ameaça, ou o senso de conexão com o povo palestino.”<sup>31</sup> Durante a revolução, bandeiras reivindicando o fim do tratado de paz, a Palestina livre e a abertura da fronteira com Gaza podiam ser vistas. Eram frequentes marchas às sextas-feiras até a Embaixada de Israel. Os ativistas também se engajaram nos movimentos pelo direito de retorno dos palestinos às suas terras, em 15 de maio de 2011, convocado como “terceira intifada” (que se espalharia ainda por Síria, Líbano e Jordânia). Em 17 de agosto, após a morte de cinco policiais e guardas egípcios por forças israelenses na fronteira do Sinai, manifestantes acamparam em frente à Embaixada de Israel por dias, tendo um deles arrancado a bandeira do estado sionista e a substituído pela egípcia.<sup>32</sup>

A Irmandade Muçulmana, que ficara de fora dessa iniciativa alegando que estaria no período sagrado do Ramadan, ao assumir o governo, afrouxou parcialmente a fronteira com Gaza, fechando a passagem em alguns momentos. Além de manter restrições, seria acusada de, em fevereiro deste ano, inundar os túneis com esgoto. Não rompeu relações com Israel e não cancelou o tratado de paz – também aí não cumprindo as tarefas da revolução. O período de transição pós-Morsi também se mostra difícil para os palestinos. Rafat foi fechada novamente – tendo sido aberta por algumas horas –, mas o pleno direito de ir e vir ainda não está garantido aos habitantes de Gaza. Têm sido comum denúncias de que palestinos em viagem são impedidos de retornar às suas casas e de propaganda para criar um sentimento de antagonismo a

esses, por parte do governo interino – culpando-os pelo insucesso da Irmandade Muçulmana, que seria “dirigida” pelo Hamas.<sup>33</sup> Não é a primeira vez que isso acontece. A história mostra que, em outros momentos, prevaleceria a consciência coletiva de ligação com a causa palestina. Como afirma Edward Said em *The Edward Said Reader*, as soluções na região estão inter-relacionadas e precisam ser tratadas dessa forma.<sup>34</sup> Apesar dos desafios e contradições, as revoluções em curso têm mantido em pauta essa conexão.

Como afirma o historiador Eugene Rogan, nesse processo, os cidadãos do Norte da África e Oriente Médio estão lutando por seus direitos e descobrindo um novo senso de dignidade. “É difícil imaginar que os ganhos de 2011 sofram total revés.”<sup>35</sup>

## **Lições de 1848**

O historiador Eric Hobsbawm (1917-2012), ao final de 2011, teria afirmado em entrevista<sup>36</sup> que as revoluções no Norte da África e Oriente Médio lembravam os eventos de 1848, que ficaram conhecidos como Primavera dos Povos, também caracterizada por uma explosão revolucionária que contagiaria diversos países europeus. Doutora em Ciência Política, Chiara Araujo Gomes escreve:

Em alguma medida é possível estabelecer analogias entre a Primavera de 1848 e as convulsões no mundo árabe. Em primeiro lugar, deve-se recordar que os anos 1846-1847 foram marcados pela baixa produção agrícola e por uma crise industrial que geraram escassez de alimentos e desemprego. Além disso, as populações dos países em que ocorreram levantes estavam submetidas a regimes autoritários e, em alguns casos, sujeitos à dominação estrangeira. Por fim, outro aspecto característico de 1848 foi a difusão do espírito de contestação por várias nações, o “efeito dominó” que transformou insurreições inicialmente localizadas em um acontecimento de grandes proporções.<sup>37</sup>

Como observa a autora, “a história da Primavera dos Povos narra mais derrotas do que conquistas.”<sup>38</sup> Karl Marx indicava a ausência de organização do proletariado independente como algo a ser resolvido e sinalizava, já em 1850, que o caminho seria a revolução permanente – ideia desenvolvida posteriormente por Leon Trotsky.<sup>39</sup> No mundo árabe, a classe trabalhadora também precisa organizar-se como liderança nesse processo. A elevação da consciência das massas, expressa na fala dos sindicalistas egípcios, mostra que o caminho está em aberto.

## Notas

---

\* Jornalista, mestranda da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: sorayamisleh@yahoo.com.br.

<sup>1</sup> Disponível em <http://menasolidaritynetwork.com/2013/07/05/egypt-after-tasting-freedom-we-will-not-be-slaves-again-a-trade-unionists-view-on-morsis-fall>. Acesso em: 10 de julho de 2013.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://menasolidaritynetwork.com/2013/07/10/egypt-workers-need-a-political-voice-interview-with-fatma-ramadan>. Acesso em: 13 de julho de 2013.

<sup>3</sup> É o que afirma a sindicalista egípcia Fátma Ramadan. Entrevista disponível em: <http://menasolidaritynetwork.com/2013/07/10/egypt-workers-need-a-political-voice-interview-with-fatma-ramadan>. Acesso em: 13 de julho de 2013.

<sup>4</sup> Mohamad El Baradei é ex-diretor da Agência Internacional de Energia Atômica e Prêmio Nobel da Paz. Liderou no Egito, a partir de novembro de 2012, a Frente de Salvação Nacional, coalizão formada por grupos liberais e de esquerda em oposição a Mohamad Morsi. Ao assumir em 14 de julho a vice-presidência interina, responsável por assuntos externos e diplomacia, teria anunciado a intenção de trazer a Irmandade Muçulmana para compor o governo de transição, numa tentativa negociada de conter seus protestos pela derrubada de sua liderança. A Irmandade teria recusado a proposta. Por meio de comunicado, a Frente de Salvação Nacional também refutou a ideia, afirmando que Adli Mansour não consultou as demais forças políticas no país e discordância com o pacto. Ver notícias em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-07-14/elbaradei-presta-juramento-como-vice-presidente-do-egito> e <http://g1.globo.com/revolta-arabe/noticia/2013/07/irmandade-muculmana-recusa-parte-no-novo-governo-interino-do-egito.html>. Acesso em: 17 de julho de 2013.

---

<sup>5</sup> HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. Companhia de Bolso. São Paulo, 2006, tradução: Marcos Santarrita, 1ª reimpressão, pp. 473-474.

<sup>6</sup> ARBEX, José. *Reflexões sobre o nacionalismo árabe*. In: *Tiraz – Revista de Estudos Árabes e das Culturas do Oriente Médio*. Ano IV, 2007, p. 41.

<sup>7</sup> *Idem*.

<sup>8</sup>Disponíveis em: <http://menasolidaritynetwork.com>. Acesso em: 14 de julho de 2013.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

<sup>10</sup> Disponível em:<http://www.onu.org.br/conflitos-na-siria-ja-causaram-93-mil-mortes-alerta-onu/>. Acesso em: 13 de julho de 2013.

<sup>11</sup> FISK, Robert. *Pobre nação – As guerras do Líbano no século XX*. Ed. Record. Rio de Janeiro-São Paulo, 2007, pp. 129-133; BITTERLIN, Lucien. *Hafex El-Assad – O percurso de um combatente*, tradução do árabe para o português: MahaArnouk e Claude Fahd Hajjar.

<sup>12</sup> WALLERSTEIN, Immanuel. *O impasse sírio*. Disponível em: [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=19674](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=19674). Acesso em: 13 de julho de 2013.

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.opendemocracy.net/mohammad-al-attar-odai-al-zoubi/syria-revolution-or-civil-war>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

<sup>14</sup> *Idem*.

<sup>15</sup> *Idem*.

<sup>16</sup> *Idem*.

<sup>17</sup> SAID, Edward. *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia de Bolso. São Paulo, 2007, tradução: Rosaura Eichenberg, p. 160.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup>LEWIS, Bernard. *Islamic Concepts of Revolution*, em *Revolution in the Middle East and Other Case Studies*, ed. Vatikiotis, Rowman and Littlefield, 1972, pp. 38-39.

<sup>20</sup>SAID, Edward, *op. cit.*, pp. 419-420.

<sup>21</sup> HOURANI, Albert. *Uma história dos povos árabes*. Companhia de Bolso. São Paulo, 2006, tradução: Marcos Santarrita, 1ª reimpressão.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 593.

<sup>23</sup> Disponível em: <http://www.arab-hdr.org/publications/contents/2009/ch5-e.pdf>. Acesso em: 14 de julho de 2013.

<sup>24</sup> ROGAN, Eugene. *The Arabs: A History*, Basic Books, 2011, p. 500.

<sup>25</sup> *Idem*.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://observers.france24.com/content/20111216-tunisia-meet-slimane-rouissi-catalyst-tunisian-revolution-bouazizi-ben-ali-sidi-bouazid-interview-activists>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

<sup>27</sup>*Intifada* é um termo árabe que significa levante popular. A segunda *intifada* palestina contra a ocupação israelense ocorreu entre 2000 e 2004. Ver em PAPPE, Ilan. *História da Palestina moderna – uma terra, dois povos*. Ed. Caminho Nosso Mundo: Lisboa, 2007, tradução: Ana Saldanha, pp. 312-313.

<sup>28</sup> Disponível em: <http://www.palestine-studies.org/journals.aspx?id=11315&jid=1&href=fulltext>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

<sup>29</sup> Disponível em: <http://www.egyptindependent.com/news/kefaya-origins-mubaraks-downfall>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

---

<sup>30</sup> O Acordo de Camp David que restabeleceria as relações entre Israel e Egito foi assinado em 1979 pelo antecessor de Mubarak, Anwar Al Sadat. Ver em SAID, Edward. *A questão da Palestina*. Editora Unesp: São Paulo, 2012, tradução: Sonia Midori, capítulo 4.

<sup>31</sup> Disponível em: <http://www.palestine-studies.org/journals.aspx?id=11315&jid=1&href=fulltext>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

<sup>32</sup> *Idem*.

<sup>33</sup> Disponível em: <http://electronicintifada.net/content/why-wont-egypt-let-me-go-home-gaza/12611>; <http://electronicintifada.net/content/egypts-muslim-brotherhood-has-renege-d-promises-palestine/12301>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

<sup>34</sup> SAID, Edward. *The Edward Said Reader*. Ed. Moustafa Bayoumi e Andrew Rubin. Vintage Books. New York, p. 428.

<sup>35</sup> ROGAN, Eugene, *op. cit.*, p. 503.

<sup>36</sup> Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111231\\_hobsbawn\\_2011\\_1848\\_revolucoes\\_mm.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/12/111231_hobsbawn_2011_1848_revolucoes_mm.shtml). Acesso em: 17 de julho de 2013.

<sup>37</sup> Disponível em: <http://estudoshumanos.com/2011/05/30/a-primavera-ara-be-e-as-lembra-ncas-de-1848>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

<sup>38</sup> *Idem*.

<sup>39</sup> MARX, Karl e Engels, Frederick. *Address of the Central Committee to the Communist League*. London, March 1850. Desenvolvida posteriormente por Leon Trotsky, a teoria da revolução permanente considera uma insurreição por direitos democráticos parte da luta pela transformação radical da sociedade e o fim do capitalismo em todo o globo, em outras palavras, parte da revolução socialista mundial. Em TROTSKY, Leon. *The Permanent Revolution*. Chap. 10, *What is the Permanent Revolution? – Basic Postulates*, 1931.

Data de envio: 04/03/2013

Data de aceite: 13/03/2013